

Radical Paulistano

CAPITAL

Trimestre 38000
Semestre 66000
Anno 124000

ORGAN DO CLUB RADICAL PAULISTANO

S. PAULO, QUINTA-FEIRA 17 DE JUNHO DE 1869

PROVINCIAS

Trimestre 48000
Semestre 78000
Anno 134000

Publica-se, por ora, uma vez por semana e professa a doutrina liberal em toda a sua plenitude, propugnando principalmente pelas seguintes reformas:

Descentralização;
Ensino livre;
Policia electiva;
Abolição da guarda nacional;
Senado temporario e electivo;

Extinção do poder moderador;
Separação da judicatura da policia;
Sufrágio directo e generalizado;
Substituição do trabalho servil pelo trabalho livre;
Presidentes de provincia eleitos pela mesma;

Suspensão e responsabilidade dos magistrados pelos tribunales superiores e poder legislativo;
Magistratura independente, incompativel, e a escolha de seus membros fora da acção do governo;

Prohibição aos representantes da nação de aceitarem nomeação para empregos publicos e igualmente títulos e condecorações.
Os funcionarios publicos, uma vez eleitos, deverão optar pelo emprego ou cargo de representação nacional.

ASSIGNA-SE NA TYPOGRAPHIA DO «CORREIO PAULISTANO» E NA RUA DA BOA VISTA N.º 29, AVULSO 300 RS.

RADICAL PAULISTANO

O programma do Centro Liberal

Continuando a analyse que promettemos do programma do Centro Liberal, antes de entrarmos propriamente no objecto do referido programma, ainda encontramos na sua introdução uma these que exige de nós algum estudo, por quanto ella envolve uma questão da maxima importancia, que ha mais de trinta annos é debatida entre nós, tendo já sido eliminada da legislação do paiz pelo partido liberal, que sempre a considerou contraria aos dogmas fundamentais da democracia e a boa direcção de um governo verdadeiramente representativo.

Referimo-nos á introdução do programma do Centro, quando diz: «O Conselho de Estado como auxiliar da administração, e não politico.»

O Centro Liberal, contrariando as vistas do partido liberal, rompendo com as suas idéas fundamentais e a sua heroica tradição, procura ainda manter a lei arbitrária e inconstitucional, que em 23 de Novembro de 1841 restabeleceu o Conselho de Estado, abolido completamente pelo art. 32 do Acto Adicional.

Dizemos arbitrário e inconstitucional, por quanto, sendo o Conselho de Estado abolido por uma lei constitucional, sómente uma outra disposição, partida d'um poder de natureza identica o poderia de novo restaurar, e não uma simples lei ordinaria, como succedeu.

Nem salva de semelhante qualificação o dizer-se, como fez o visconde de Uruguay na camara em 1841, que o Conselho de Estado da Constituição era obrigatorio, no sentido de que ella exigia que elle fosse ouvido todas as vezes que o poder executivo tivesse de tomar uma deliberação importante, e em relação ao moderador sempre, excepção feita do § 6.º do art. 101 da Constituição, em quanto que o Conselho de Estado do projecto, então em discussão, não possuía o mesmo predicado.

Abolindo o Acto Adicional o Conselho de Estado, estava necessariamente no pensamento do legislador a idéa de que esta corporação fosse riscada de nossas leis, em vista do grande predominio de que ella gozava no governo do paiz, e não que podesse reaparecer, ainda que de baixo de uma outra forma, continuando assim no governo um quinto poder, independente da acção das Camaras, gozando entretanto de uma influencia poderosa na direcção do paiz.

Nestas condições, é evidente a impossibilidade de justificar-se legalmente a existencia do nosso Conselho de Estado.

Assim pois, o Centro Liberal, dizendo na introdução do programma: «O Conselho de Estado como auxiliar da administração e não politico», em primeiro lugar consagrou um principio contrario á escola e á historia do partido liberal, e em segundo de certo modo quiz justificar o abuso da lei que reconstruiu semelhante corporação, verdadeira anomalia em um systema representativo.

Estas considerações bastariam para fulminar a these que analisamos, e que erroneamente o Centro Liberal considerou um dos principios fundamentais do partido liberal. Entretanto, nós ainda procuraremos discutir sob outros pontos de vista.

Diz o programma em questão: «O Conselho de Estado como auxiliar da administração e não politico.»

A primeira vista parece, que a restrição estabelecida nesta these pelas palavras «e não politico», faz desaparecer o caracter repugnante que possui actualmente o Conselho de Estado. Mas esta apparente illusão desaparecerá, se analysarmos, ainda mesmo sem grande pro-

fundidade, o objecto de que nos occupamos.

Existindo Conselho de Estado, mesmo organiado como uma corporação administrativa e não politica, de duas, uma: ou elle, aconselhando o poder executivo, influe na marcha do governo do paiz, e neste caso é um poder contrario á natureza dos governos representativos, por quanto, para viver e actuar não precisa da maioria da camara, ou então não influirá no governo, e neste caso será uma corporação ou nulla, ou d'uma importancia tão secundaria que se torna completamente dispensavel.

Além de tudo, não tendo a sciencia ainda perfectamente discriminado d'um modo pratico o que seja governo, ou alta administração, ou poder politico e baixa administração, ou administração propriamente dita, é fóra de duvida que o Conselho de Estado ainda que seja sómente um poder auxiliar da administração, ha de em certas occasiões intrometer-se nos negocios politicos, e ter sobre elles uma influencia bastante poderosa, e em excesso prejudicial.

Accresce a tudo isto, que o Conselho de Ministros, de que nos falla o programma do Centro Liberal na 3.ª these de sua introdução, é mais que sufficiente para servir de meio pratico á realisação da «responsabilidade ministerial» pelos actos do «poder moderador» e á maxima «o rei reina e não governa», bem como para resolver e executar os actos administrativos do poder executivo.

Enfim o Conselho de Ministros é sufficiente no cumprimento destas altas obrigações, como também é o unico que, por sua propria natureza, pela sua origem, pela sua responsabilidade em face da nação, e pela sua dependencia para com as camaras, d'onde elle sahe, offerece as garantias exigidas pelo systema representativo.

Procurar contestar esta verdade, tentando-se organizar um 5.º poder de nomeação do imperador, completamente independente do voto nacional, é estabelecer um corpo olygarchico no governo; o qual, por mais limitadas que sejam as suas attribuições, não deixará entretanto de influir na direcção politica e administrativa do paiz, sem ter os predicados necessarios, para merecer a confiança nacional, de conformidade com os principios fundamentais do systema constitucional.

Feitas estas considerações, parece-nos incontestavel que o Conselho de Estado, mesmo constituido como quer o Centro Liberal, é uma criação inteiramente alheia aos principios liberaes da sciencia politica, e em desharmonia com o mecanismo dos governos verdadeiramente constitucionaes.

Além de tudo, se o poder moderador e o poder executivo, no exercicio de suas altas attribuições politicas, podem e devem dispensar o Conselho de Estado, porque lhes basta a responsabilidade ministerial, como quer o Centro Liberal, com maior força de razão o poder executivo, no cumprimento dos actos da administração, em realidade de muito menos importancia de que os primeiros, póde e deve dispensar o Conselho de Estado.

A camara e a lei do orçamento

A questão financeira é hoje indubitavelmente um dos problemas mais difficeis que o paiz tem de resolver; entretanto o sr. visconde de Itaborahy apresenta á camara temporaria o seu projecto de lei do orçamento, e nem se quer levanta-se uma voz, não dizemos para impugnar nenhum de seus artigos, mas nem para pedir explicações a respeito.

O escandalo foi tamanho, que o proprio sr. visconde de Itaborahy chegou até a pedir aos srs. deputados que fallssem sobre o assumpto. Mas tudo foi balda-

do; nem a moralidade publica, nem os interesses do paiz, nem o pedido *auctorizado* do presidente do conselho, poderam despertar o somno profundo dos srs. deputados.

Verdadeira casa de Morpheo, a assembleia temporaria não interrompeo o seu dormir longo e tranqullo, não procurou despertar, nem mesmo para ver o destino que levava a riqueza publica, fructo do trabalho, da economia e das privações dos pobres filhos deste desgraçado imperio.

E deste modo se vai comprometendo o thescuro publico, abrindo-se larga brecha á bancarota e á fome, que para nós caminham a passos de gigante, em quanto a representação nacional dorme indolente e descuidada, sonhando com o bello paraíso das altas regiões do poder.

Este facto, sem qualificação n'um paiz livre, contem em si todos os prognosticos da decadencia desta situação, que começa a decompor-se, antes mesmo de ter conhecido a existencia.

Mas, porque razão os srs. conservadores, homens habituados e amantes das scenas comicas, não fizeram com que algum dos designados fallsse sobre a lei do orçamento?

Os maliciosos da Côrte, procurando explicar o facto, deram a respeito a seguinte razão:

Que o velho e respeitavel sr. visconde de Itaborahy, tendo a opposição e as explicações, pedira, antes de apresentar a sua obra prima no parlamento, a cada um de seus membros q. lhe desse o seu valioso apoio, e que nestas condições ficaram na realidade surpresos, quando viram o presidente do conselho pedir-lhes que fallssem, que esclarecessem a materia.

A ser isto verdade, o que não duvidamos, é forçoso confessar que os illustres deputados cumpriram por mais uma vez a sua obrigação, não desmentindo o epitheto, que lhes demos, de *camara pensionista*; ficando com isto forçosamente bem satisfeito o nosso paternal soberano, o sr. D. Pedro 2.º, o maior amigo deste povo de ingratos.

Decididamente está-se representando neste paiz uma comedia em excesso ridicula, na qual o ministerio, tendo á sua frente o supremo senhor destes dominios, vai desempenhando brilhantemente o seu papel.

Mas o Brasil, assim como a França, no dizer de Victor Hugo, ha-de soltar uma gargalhada, ao som da qual tombará por terra o despotismo imperial, seguido logo apoz pela aurora da liberdade.

O projecto do sr. senador Dantas sobre cemiterios

O sr. senador Dantas, indignado pelas scenas que se deram em Pernambuco com o cadaver do general Abreu e Lima, apresentou no senado, na sessão de 24 de Maio, um projecto de lei, tendente a fazer desaparecer a interferencia, que actualmente possui o poder ecclesiastico, em relação aos cemiterios.

Reconhecemos serem boas as intenções do illustre senador, e louvamos os desejos de s. ex., procurando reformar este ponto das nossas leis, bem como outros, sobre os quaes tem apresentado projectos em grande parte aproveitaveis, e uteis ao paiz.

Entretanto, notamos nos projectos de s. ex. certa tibieza, que traz em consequencia grande confusão nas idéas, e que, se diminuem o mal, não o fazem desaparecer, ou dão-lhe uma outra direcção.

O sr. senador reconhece o mal, quer faz-lo desaparecer, porém em vez de apresentar uma medida radical a respeito, procura um termo medio, que conservando parte do abuso, ou acabando-o de um lado, o vai augmentar por outro; e nestas circumstancias o arbitrio conti-

nua enthronisado da mesma maneira, ou se vae enthronisar em outra parte, affectando interesses de outra ordem.

O projecto, apresentado na sessão do senado de 24 de Maio, acha-se em uma destas condições, bem como o apresentado anteriormente pelo mesmo senador sobre a guarda nacional acha-se na outra condição.

Mas, deixando de parte este ultimo, tratemos do primeiro.

O projecto, em questão, para ser completo, para corresponder ás necessidades do paiz, aos principios da sciencia, e para acabar de todo com os abusos do poder ecclesiastico sobre as questões temporaes, devia ser mais simples, porém mais profundo e verdadeiro, dizendo sómente: Fica abolida de hora em diante a religião de estado.

Feito isto, não se reproduziriam mais essas scenas de Pernambuco, que consternaram a população dessa cidade e grande parte da população do paiz.

Mas, o sr. Dantas, conservando a origem do mal, procura faz-lo desaparecer, dando ao poder secular o direito de intrometer-se nos negocios espirituaes.

Daqui, é verdade deixará de existir, em referencia ao objecto, o abuso do poder ecclesiastico, porém, vem elle a localisar-se no estado, fazendo desaparecer a independencia e a soberania da igreja, dando ás autoridades civis attribuições, que só podem competir ás autoridades espirituaes.

Este systema é pernicioso, e contrario aos principios de uma boa politica. Querer salvar o cidadão, sacrificando ás verdades christãs, buscar-se firmar a independencia do estado, fazendo desaparecer a soberania da igreja, é um modo de proceder que, longe de minorar o mal, o augmenta consideravelmente.

Para que haja verdadeira harmonia entre os cidadãos e o poder, bem como entre os feis e os sacerdotes, é preciso que as duas sociedades estejam completamente descriptinadas, e que cada uma actue, sem ferir os direitos da outra.

A vista destas considerações, é evidente que o projecto de lei, apresentado pelo sr. Dantas, não póde satisfazer ás necessidades publicas, nem aos fundamentos de uma politica sã.

Diz s. ex.:

«Art. 5.º Basta a declaração do fallecido em seu testamento, ou em falta de pessoas que lhe pertencem, para prova da religião que professava.

«Art. 6.º Se o fallecido fór estranho, e se não souber qual a sua religião, será considerado catholico.

«Art. 7.º O official ou medico verificador dos obitos fará menção no seu attestado da declaração que exigem os arts. 5.º e 6.º da presente lei.

Art. 10. Da declaração indevida feita pelo medico, ou official verificador, poderão os parentes do morto recorrer para a autoridade policial do logar, o que será decidido por uma simples ordem da referida autoridade.»

O estado em nada se deve importar com as crenças religiosas do cidadão, em quanto ellas não offendem a ordem e a liberdade publica, e muito menos quando este cidadão já não é senão um cadaver, que pede um pouco de terra, para descansar no somno eterno. Assim pois elle nada tem que ver se o morto no seu «testamento,» ou em falta deste, se as «pessoas,» que lhe pertencem declararam ou não, que elle era sectario ou não da religião catholica.

As autoridades civis, em quanto vive o cidadão devem velar sobre a sua pessoa, de modo que ella não offenda os direitos de seus semelhantes; e, depois de morto, dar-lhe uma cova. A questão de saber-se, qual o seu credo religioso, é objecto que pertence ás autoridades eccle-

siasticas, com o que nada tem o poder temporal.

Além destas considerações, é fóra de duvida, que o estado não tem o poder de dar ás suas autoridades o direito de declarar que o defuncto é catholico, nem tão pouco o dizer, no caso de falta de declarações, que se o considere como tal; o que estabelecem os artigos 6.º, 7.º e 10.º do projecto de lei do sr. senador Dantas.

Esta competencia está nas attribuições do poder espirital, não podendo portanto lançar mão dellas o poder civil, sem offender directamente os principios fundamentais da soberania e da independencia da igreja.

Se o sr. senador Dantas quer acabar com os abusos que se dão, e se podem dar a este respeito, proponha a liberdade plena e absoluta de cultos; que o estado tenha cemiterios publicos, onde se enterrem todos os mortos, sem indagar-se qual a religião a que elles pertenceram; desapparecendo nestas condições os cemiterios publicos com caracter catholico, abertos e dirigidos segundo os ritos da religião christã.

Só assim s. ex. poderá apresentar um projecto perfeito, que respeitand o os direitos das duas sociedades, trará em consequencia a sua harmonia, e o verdadeiro equilibrio das relações temporaes com as espirituaes.

E' este o nosso modo de pensar; sendo christãos, não queremos ver a nossa igreja avassallada ao poder civil, sendo cidadãos e democratas, não queremos tambem ver a soberania nacional desapparecer em face das autoridades ecclesiasticas.

Só deste modo poderemos ser christãos e filhos de um paiz livre.

Os conservadores e as reformas

A imprensa conservadora do imperio e principalmente a da cidade do Rio de Janeiro, tem soldado com todo o furor o grito de alarma contra a ideia da necessidade de reformas, apresentadas pelos liberaes, e neste sentido lançam mão de todos os meios possiveis, procurando desmoralisar esta justa aspiração da democracia e do paiz.

Firmes sempre no terreno em que se collocaram, desde que assumiram no funesto dia 16 de Julho as reideas do governo, procuram justificar o seu comportamento actual, e combater a opposição, com os abusos e os erros da situação que passou; citando factos que os homens, que deixaram hontem o poder, praticaram, e que hoje censuram ao ministerio Itaborahy, bem como trechos de discursos pronunciados na camara passada por liberaes, que actualmente se manifestam de modo diverso a respeito do mesmo assumpto.

Sempre os mesmos homens! por toda a parte o mesmo systema! justificar o mal como mal, legitimar o abuso com o abuso, legalisar o arbitrio com o arbitrio, procurando fundamentar os seus erros, com os erros e as contradicções de alguns de seus inimigos!

Deixemos por uma vez a situação passada, nós já temos dito por mais de uma vez que nada tivemos com ella, que a combatemos com tanta força, como estamos fazendo á que hoje dirige os destinos desta patria infeliz, e que em ultimo caso, preferimos o governo do sr. Itaborahy, á politica que deixou o poder a 16 de Julho; por quanto esta, além de ser sectario do imperialismo, principio fundamental da escola conservadora, procura cobrir-se com as roupagens do liberalismo, para melhor comprometter e prejudicar o.

Deixai pois, srs. conservadores, quando vos referirdes a nós, radicaes, o que os homens do governo, a que vós succedestes, praticaram; por quanto a nossa opposição a elles não foi menos acre, nem menos energica do que a vossa; o que não deveis de modo algum esquecer; por quanto, a nossa imprensa, bem como os vossos representantes da nação fallaram muitas vezes com vivo enthusiasmo da opposição que o nosso principal órgão, a *Opinião Liberal*, fazia aos homens e á politica que governaram o paiz na situação que passou, e que não deve, nem pode mais reviver entre nós.

Então vós julgaveis justas as nossas asserções, então citaveis as nossas palavras, como armas contra os homens do poder; mas hoje, que essas armas voltaram-se contra vós, porque vos collocastes no terreno que os homens do *progresso* deixaram, gritaes contra nós, lançando-nos todos os epithetos os mais infamantes.

Este modo de proceder, além de denotar incoherencia da vossa parte, manifesta

claramente que os vossos preceitos moraes não são os mais sãos, nem os mais dignos de um partido que proclama como bandeira de sua politica—moderação e justiça.

Entretanto isto ainda não é tudo.

Quando subio o vosso ministerio, tendo em sua frente o vosso semi-deos, este, com aquella autoridade que lhe dava a sua posição official de presidente de um gabinete, com aquelle prestigio que possui o chefe de um grande partido, declarou na camara dissolvida, ao apresentar o seu programma, que nós não necessitavamos de reformas, por quanto, o que as nossas leis precisavam era de uma boa execução.

Assim pois a sua bandeira politica e governamental cifrou-se nas seguintes palavras: moderação e justiça.

Apoz esta declaração solemne, parecia que o gabinete de 16 de Julho, respeitand o o pensamento do seu presidente, deveria conservar intactas as nossas instituições.

Entretanto, dias depois, era voz geral na cidade do Rio de Janeiro, e que rapidamente se propalou por todo o paiz, que os conservadores iam realizar aquillo que os liberaes não haviam feito no poder, e pelo que agora clamavam na opposição.

Nestas condições, pois, foi notoria que o pensamento do ministerio Itaborahy, era o de manifestar á nação e ao mundo civilisado, que a sua politica tinha vistas mais largas e mais liberaes de que as desses intitulados liberaes, que haviam descido das altas regiões do poder; e os conservadores, arautos do gabinete, tratavam de fazer troar os ares, annunciando esta bella nova.

As cousas chegaram a tomar um tal vulto que os homens da situação passada começaram a nutrir serios recios a respeito dos projectos do ministerio actual. E na verdade, elles tinham bastante razão para isso.

Este modo de proceder é na realidade inqualificavel; de um lado diz o presidente do conselho, o sr. visconde de Itaborahy, em face dos representantes da nação, que as nossas leis só precisam de uma boa execução, e por outro começa logo depois o ministerio a propalar que está confeccionando projectos de reforma em grande numero, e em sentido ultra-liberal.

Mas, não contentes com tudo isto, começam a bradar de um modo descommunal, contra as ideias reformadoras, apresentadas pelos liberaes, não admitindo nem se quer uma dellas.

Ha em tudo isto um complexo de contradicções e um fundo de maldade, que repugnam a toda e qualquer consciencia limpa de nodos, e que excitam até a colera do homem o mais calmo e indifferente aos nossos negocios politicos.

E é procedendo por este modo que o ministerio actual procura firmar a confiança nacional, e garantir o seu credito no estrangeiro? De certo que não.

Mas a comedia dos srs. conservadores, e dos actuaes ministros não parou aqui. Reconhecendo e não a necessidade que tem as nossas leis de serem reformadas, e no primeiro caso, em sentido liberal, o gabinete de 16 de Julho quiz levar até o ultimo ponto as suas contradicções, quiz representar em regra o seu papel de comediante. E neste intuito lançaram mão do sr. Alencar, o qual já se tendo distinguido no genero comico litterario, devia sair-se bem no comico politico; e o digno ministro da justiça, por amor a esta especie de recreio, e por amor a solidariedade ministerial, se apresentou em campo com um grande volume de reformas, mas de reformas para peor, e que estão muito longe do espirito liberal, de que fallavam em alta voz os seus correligionarios.

Deste modo completou-se o quadro; o ministerio diz, ao apresentar-se nas camaras, que não quer reformas, pouco depois trata de espalhar que está confeccionando projectos de reformas, e em sentido liberal; e afinal de contas, apresenta reformas contrarias á liberdade, inteiramente oppostas ás necessidades e ás aspirações do paiz.

Quem poderá entender este amalga? Quem poderá descobrir o fio deste labyrintho?

E no meio de tudo isto os srs. conservadores chamam-nos de anarchicos e de loucos!!

Liberdade de cultos

A Hespanha, notavel por seu ultramontanismo, pelos seus sentimentos aristocraticos, e pelo seu amor ás tradições monarchicas, acaba de dar um grande passo no caminho da liberdade, fazendo

mais uma conquista em favor dos principios que caracterisam a sociedade moderna.

E' a força invencivel das ideias do seculo que a arrastam, apesar dos fortes preconceitos retrogrados que uma grande parte da população desse paiz ainda conserva, por causa da educação jesuitica e absolutista que até bem poucos dias a opprimio.

Mas, assim como o mundo phisico tem suas leis fataes que o abrigam a mover-se segundo uma certa ordem, assim tambem o mundo moral está sugeito a certos principios a que é forçoso obdecer ou mais tarde ou mais cedo. Eis porque a Hespanha, que parecia até hontem estar completamente alheia ao movimento civilisador da America e da Europa, se apresenta hoje, arvorando o estandarte da liberdade e pugnando pelos direitos do povo.

Uma prova desta verdade é o passo que ella acaba de dar approvando a sua assembléa constituinte os artigos 20 e 21 de sua constituição, onde se consagra a liberdade de cultos.

E' verdade que ella ainda mantém o seguinte: «que a nação obriga-se a salarar e manter o culto e os ministros da religião catholica (art. 20); obrigando assim aquelles cidadãos, que não pertencem a esta religião, a concorrer para a sua manutenção, dando ao mesmo tempo ao estado o direito de ingerir-se nos negocios da igreja; o que de certo modo, affectando a sua liberdade de acção, offende muito de perto a sua soberania.

Mas apesar de tudo isto, é indubitavel que a liberdade de cultos é já uma realidade na Hespanha, em quanto que no nosso paiz; aquelle que, no dizer dos srs. conservadores, possui a constituição mais liberal do mundo, ainda a não tem, senão apparentemente; e para prova disso, vejamos:

O artigo 21, da constituição hespanhola, ultimamente approvado diz:

«O exercicio publico ou particular de qualquer outro culto será garantido aos estrangeiros residentes em Hespanha, observados os limites que impõem as regras universaes da moral e do direito. Si houver hespanhões que professem outra religião que não seja a catholica, ser-lhes-hão applicaveis essas disposições.»

A nossa carta constitucional, esse codi-go de leis que o sr. d. Pedro I houve por bem conceder, diz no seu artigo 5.º:

«A religião catholica apostolica romana continuará a ser a religião do imperio. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto domestico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo.»

Comparando-se estes dois artigos, não de duas constituições, mas de uma carta de alforria e de uma constituição, vê-se claramente que nós, que nos dizemos emancipados ha cincoenta annos, que nos intitulamos um povo livre, que possuímos a melhor constituição do mundo, estamos muito mais atrasados que a Hespanha, essa nação, que ainda hontem fulminavamos, por causa de seu viver despótico e ante-progressista, pelo menos em relação á liberdade de cultos.

A Constituição hespanhola diz que «o exercicio publico ou particular de qualquer outro culto será garantido aos estrangeiros residentes em Hespanha», e o mesmo principio estabelece em relação aos nacionaes, não consagrando limites, a não ser aquelles «que impõem as regras universaes da moral e do direito»; em quanto que o artigo 5.º da nossa carta não admite que se celebre um culto publico, a não ser o catholico, e além de tudo permite, ou tolera as outras religiões, e não os garante, como faz a Constituição da Hespanha; o que é patente na letra da nossa carta constitucional, quando diz: «Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto domestico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo.»

Nestas condições é pois evidente que na Hespanha já existe a liberdade de cultos, em quanto em nosso paiz, nação americana, onde todos se intitulam liberaes e amantes da democracia, até os mais aulicos, onde todos se professam sectarios das ideias do seculo, ella ainda não existe.

Entretanto a Hespanha luta com um grande partido ultramontano; entretanto a Hespanha é uma nação que ainda não conheceu a vida constitucional, e além de tudo não tem necessidade de povoar o seu solo por meio da immigração; em quanto que nós, que não possuímos um partido organizado e forte de ultramontanos, que ha meio seculo nos governamos pelas formas de um systema representativo, que temos sobre tudo necessidade

de chamar ao nosso seio os povos estrangeiros, para povoar e cultivar as nossas desertas florestas, ainda mantemos uma religião de estado, ainda prohibimos a liberdade de cultos, offendendo por este modo os direitos da consciencia, as garantias individuais, destruindo as bases fundamentais de um governo livre, e sobre tudo afugentando a immigração, que deviamos, pelo contrario, animar e proteger.

E é deste modo que queremos progredir, e conquistar os fóros de uma grande nação?

Decididamente que não. Se o Brasil não romper completamente com este e muitos outros prejuizos, que impossibilitam a sua marcha, hade em breve ver as suas visinhas no caminho da prosperidade, bem como as nações, mesmo as mais atrasadas da Europa, em quanto que elle se achará ou no mesmo terreno, ou, peor um pouco, ainda mais atrasado de que se acha actualmente.

As reformas do sr. Alencar

O illustre ministro da justiça quer a todo transe mostrar que é poeta, e poeta de máo gosto; e neste proposito deu-lhe agora para reformar as nossas instituições, não no sentido liberal, de conformidade com as necessidades publicas, mas segundo as fumaças litterarias que o auctor da Luciola tem no seu craneo vaporoso.

Nestas condições, o celebre ministro da justiça sonhou uma reforma que milita a classe dos advogados, e uma milicia que é na realidade um verdadeiro exercito.

Tudo isto poderá ser muito bonito na imaginação do ministro poeta; mas para a nação é um verdadeiro flagello, e em relação ao governo um patente absurdo.

O sr. Alencar, porém, que em nada se incommoda com estas cousas, e que julga que, para ser reformador, basta ter-se escripto um romance, ou alguma comedia, não attende para estas cousas, e sem nada consultar, a não ser os seus delirios litterarios, sonhou em reformar as leis do paiz, e logo apoz, no espaço que medeia de uma fumaça de charuto ao ultimo rabiscar de uma cartinha amorosa, de algum perfil de mulher, formula e apresenta uma longa serie de reformas, capazes de assolar todo este imperio vastissimo.

Se o sr. Alencar não fosse um poeta mettido a legislador, nós diriamos que a sua razão estava completamente perturbada, e lhe aconselharíamos uma visita ao hospicio de D. Pedro 2.º Mas como sabemos que s. ex. não nasceu para a sciencia de Lycurgo, e sim para viver no meio das musas, aconselhamos-lhe que volte para os seus antigos arraiaes, e continue a fazer romances, que é para o que s. ex. presta, não se esquecendo nunca daquelle preceito: ninguém póde servir bem a dois senhores.

Talvez que o nobre ministro não se queira conformar com esta verdade, e se exforce em persistir no terreno inglorio em que se collocou, vindo a final a não ser nem poeta, nem cousa nenhuma. Entretanto, nós cumprimos o nosso dever, dando ao sr. Alencar um conselho de amigo, do qual, se s. ex. não quizer tirar o devido proveito, resta-nos o consolo de uma consciencia que cumpriu com o seu dever, e diz, como o vulgo: sua alma sua palma.

A reforma ou a revolução

Tal foi o brado estridente desprendido do Centro do partido liberal na Côte, que echou com estrepito por todo o vasto império do Brasil.

«A reforma ou a revolução,» foi uma proclamação sublime feita em nome da Nação inteira.

A reforma eleitoral é a base larga em que se apoiam todas as outras, que encerram em si os germens fecundos da felicidade futura. E' como astro radiante posto no centro do systema politico que apreçamos.

Sem ellas, as preconizadas reformas, não passarão jámais de vãos esforços sem resultado, trabalhos improficuos de trevariados utopistas, burladas aspirações de luctadores immeritos.

Assim fallaram arrebatados por divina inspiração os supremos legisladores do imperio ao povo atonito, que os ouvia admirado.

Taes foram as palavras sinceras e entusiasticas partidas dos labios inflamma-dos dos nossos mais distinctos publicistas, oradores victoriados, notaveis juris-consultos e consummados estadistas.



A. L. GARRAUX

LIVREIRO DA ACADEMIA

SORTIMENTO ESPECIAL D'ARTIGOS D'ESCRITORIO, D'OBJECTOS DE FANTASIA, DE PAPEIS PINTADOS, DE LIVROS, ETC., ETC.

PAPEIS	ARTIGOS DE ESCRITORIO	SAO PAULO	ARTIGOS DE ESCRITORIO	LIVRARIA
<p>Papel de peso</p> <ul style="list-style-type: none"> para cartas. para luto. de fantasia. para desenho. almasso. fioretto. Hollanda. mata borrão. para matar moscas. para musica. <p>OBSERVAÇÃO : Marca-se gratuitamente com as iniciais do comprador, todo o papel comprado em nossa casa.</p> <p>ENVELOPPES Enveloppes commerciaes.</p> <ul style="list-style-type: none"> brancos. de cores. de fantasia. forrados de panno. rendados. para cartões de visita. 	<p>ARTIGOS DE ESCRITORIO</p> <p>Pennas Mallat.</p> <ul style="list-style-type: none"> de varias qualidades. <p>Lapis Faber.</p> <ul style="list-style-type: none"> de pedra. de cores. <p>Canetas de pào, de borracha, do osso, de marfim, etc., etc.</p> <p>Canetas com penas de ouro, de ponta de brilhante.</p> <p>Tinteiros de vidro.</p> <ul style="list-style-type: none"> de bronze. de porcelana. de fantasia. de viagem. <p>Arcoiros de vidro, de madeira, etc.</p> <p>Arela dourada, de cores, etc.</p> <p>Canivetes.</p> <p>Facas de cortar papel, de marfim, de osso, etc.</p> <p>Sinetes, etc., etc.</p>	<p>ARTIGOS DE FANTASIA</p> <p>Caixas de costura.</p> <ul style="list-style-type: none"> de perfumaria. <p>Papeleiras de luxo.</p> <p>Caixas de guardar jolas.</p> <p>Bolças para senhoras.</p> <p>GRANDE SORTIMENTO</p> <p>De bonitos artigos de metal, de velludo, de marfim, etc., proprios para presentes, para festas, etc., etc.</p> <p>CHARUTEIRAS DE GOSTO</p> <p>ETC., ETC.</p>	<p>ARTIGOS DE ESCRITORIO</p> <p>Sinetes de osso e de marfim.</p> <p>Lacre de todas as cores.</p> <p>Obrejas de colha, de goma, e para officios.</p> <p>Albums para desenho.</p> <p>STEREOSCOPIOS</p> <p>Com grande sortimento de vistas.</p> <p>ALBUMS</p> <p>PARA RETRATOS</p> <p>LINDO SORTIMENTO</p> <p>Pastas.</p> <p>Cartões de visita.</p> <p>Bengalis.</p> <p>Caixas de mathematica.</p> <p>Caixas de tinta.</p> <p>Tinta de escrever, carmin, azul, verde.</p> <p>Quadros para photographias.</p>	<p>LIVROS DE DIREITO.</p> <ul style="list-style-type: none"> de litteratura. de devoção. de educação. de homoeopathia. de missa, com capa de velludo, de marfim, de madrepérola, de tartaruga e de marroquim. <p>LIVROS COMMERCIAES</p> <p>DIARIO, RAZÃO, CAIXA</p> <p>Livros para assentos.</p> <ul style="list-style-type: none"> de copiar cartas. para apontamentos. de luxo para presentes. latines, francezes, portuguezes, inglezes, etc., etc. <p>Tinta de copiar cartas.</p> <ul style="list-style-type: none"> de marcar roupa. <p>Manda-se gratuitamente o catalogo da casa, em qualquer ponto do Imperio, sobre pedido.</p>

PAPEIS PINTADOS PARA FORRAR CASAS

Sempre existe o mais variado, o mais completo sortimento de papeis pintados de fabricação franceza, desde o preço de 500 reis a peça para cima. Guaraiques, Rodapés, etc., etc.

Encarrega-se de qualquer encomenda para a Europa. — Assignaturas para os jornaes estrangeiros. — Preços modicos.

6344. — Paris, Imprimerie Pottevin, rue Damiette 2 et 4.

ATTENÇÃO

PHOTOGRAPHIA ROMANA

29 RUA DE S. BENTO 29

EM FRENTE DA CASA DO EXM. SR. SENADOR QUEIROZ

O dono deste novo estabelecimento participa ao respeitavel publico e seus freguezes que, tendo feito desde esta data um grande abatimento de preços nunca vistos nesta cidade, offerece-se a tirar retratos de todo os systemas conhecidos; portanto espera do mesmo publico a sua concurrencia para acertar-se da veracidade do presente annuncio.

O annunciante obriga-se a servir os freguezes debaixo de toda delicadeza possivel, offerecendo aos mesmos anteriormente um retrato de amostra para meliormente convencer os freguezes da perfeição do seu trabalho.

Preços

Cartões de visita a duzia 6\$000

» » » » meia duzia 4\$000

O abaixo assignado faz sciente aos operarios, que trabalharam nas obras do encanamento da agua para o jardim publico desta capital sob sua direcção, e que ainda não estão pagos, que podem procurar os salarios.

S. Paulo, 9 de Abril de 1869.

José Antonio Figueira.

Escravo fugido

Da fazenda do tenente-coronel José Prudente de Toledo, em Cunha, fugiu no dia 19 do corrente, o seu escravo Theodoro, com os seguintes signaes: cor parda, alto, pouca barba no queixo, dentes pontegudos, quasi cariados, delgado de corpo, falla macia e agradável, tem signal de um golpe num dos braços acima da juncta da mão, proveniente de um corte de puxavante; é bom cavalleiro e dado a domador: leva um sacco com muita roupa, e um ponche de panno forrado de baeta azul, ainda novo, tem a idade presumida de 34 annos. Quem o apprehender e der aviso a seu senhor, será generosamente gratificado. Protesta-se com todo o rigor da lei contra quem o acoutar.

Cidade de Cunha, 23 de Janeiro de 1869.

THEATRO DE S. JOSÉ

Empresa dramatica

EUGENIA CAMARA

QUARTA-FEIRA, 14 ABRIL DE 1869

BENEFICIO DE

A. S. CHUMBINHO

Ultima representação do magnifico drama de Octavio Feuillet, em 4 actos e 6 quadros que tantos applausos obteve na primeira representação, intitulado:

DALILA

Tomam parte os srs. Oliveira Vasques, (em obsequio ao beneficiado), Augusto Filho, Paulo Petit, Augusto Montani, Correia Vasques, Veiga Cabral, e as sras. dd. Eugenia Camara, Rita Leal e Hortencia.

Denominação dos actos:

- 1.º — O maestro.
- 2.º — Estréa do genio.
- 3.º — A seducção.
- 4.º — Pae e filha.
- 5.º — Dallia.
- 6.º — O cysne dalmata.

Em seguida o actor Leal Ferreira em obsequio ao beneficiado, cantará a aria da ópera buffa — CENERENTOLA, intitulada:

MEI-RAMPOLIO-FIMININI

Terminará o espectáculo com a muito applaudida comedia em um acto ornada de musica, intitulada:

GORDA SENSIVEL

Tomam parte os srs. João Eloy e Correia Vasques, e sras. dd. Eugenia Camara e Rita Leal.

O beneficiado, apresentando um espectáculo tão interessante espera que o publico, sempre seu amigo e apreciador, não deixará de concorrer.

A's classes academica e commercial, tão dignas e tão illustres, é que principalmente se dirige o beneficiado, não só por ser assim o costume de todos os beneficiados, como por serem tambem aquellas que mais alto estimam, não tendo em menor conta as dos dignos funcionarios publicos, particulares, artistas e militares.

E'ninguem faltar.

As pessoas que por algum inconveniente não puderem ficar com bilhetes, terão a bondade de descer na vespéra do espectáculo até ás 5 horas da tarde.

Os bilhetes acham-se a venda na casa do beneficiado, rua do Ouvidor n. 46, e no dia do espectáculo no escriptorio do theatro.

O espectáculo principará ás horas de tarde, e terminará ás 10 horas da noite.

S. Paulo, typ. do «Ypiranga», rua de

HISTORIA DA REGENCIA

ESTUDO SOBRE O ENSAIO DO REGIMEN DEMOCRATICO NO BRAZIL

POR

SALVADOR DE ALMEIDA

Acha-se aberta no escriptorio da redacção do «Ypiranga» uma lista de subscriptores para esta obra, cujo producto será applicado á aquisição de uma pedra para a sepultura do ex-regente Feijó.

A importancia das assignaturas tomadas só será paga no acto da entrega da obra, publicando-se o resultado da subscrição.

LOJA DO BARATO

ALFAIATARIA

E

ROUPA FEITA

Bernardino Monteiro de Abreu, participa ao respeitavel publico e a seus freguezes que acaba de chegar do Rio de Janeiro com um grande e variado sortimento de fazendas proprias para seu estabelecimento de officina de alfaiate e roupas feitas. Tendo á frente de seu estabelecimento um dos mais perfeitos contra-mestres da Corte, acha-se habilitado a bem servir os seus freguezes:

Em perfeição de obras sobre medida.

Em promptidão na entrega dellas.

Em qualidade das fazendas e gostos.

Em preços os mais modicos possiveis.

Em roupas feitas compradas em sua casa.

Largo do Chafariz em frente á egreja da Misericórdia

CASAS

Vendem-se em Sanctos as de sobrado da rua do Sal, ns. 20 e 24, com espaçosas salas, bem como as sitas na rua de S. Bento ns. 14 e 14 A. Casas de deposito de café, são todas proximas á estação da estrada de ferro e proprias para armazen. Para tractar-se, em Sanctos, com o sr. João Joaquim Borges, rua da Praia, ou no Rio de Janeiro, Ladeira do Senado n. 10 A, ou nesta cidade, no armazem de louças, Largo da Sé, com Manoel Pedro dos Sanctos Vianna.

OCCASIÃO UNICA.

J. Carneiro, sócio gerente da firma Carneiro & Gaspar, photographos de SS. AA. Imperiaes, premiados com medalha de prata na exposição nacional de 1866, e da Academia Imperial das Bellas Artes, e conhecidos em todo o Imperio pela perfeição e nitidez de seu trabalho, tendo resolvido trabalhar no exercicio de sua arte photographica, na cidade de Campinas, empregando os melhoramentos mais modernos e os processos mais proficuos á perfeição dos trabalhos dessa ordem, durante o periodo da Semana Sancta e algum tempo ao depois, previne ao respeitavel publico que, por contracto feito com o sr. Henrique Rozem, trabalhará de sociedade com o mesmo, no seu estabelecimento photographico, á rua Direita n. 28, onde será encontrado, e seu socio, á disposição do publico, das 9 horas da manhã ás 3 da tarde.

CAMPINAS

46 -- RUA DO COMMERCIO -- 46

GRANDE PEQUENURA

Machinas de 18 serras para descaroçar algodão a 120U000

CADA UMA